

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso
 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara
 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2023.
 263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

Memórias

I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso

Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Este é um texto convite a criar nomes quando os existentes não enunciam o que precisamos dizer. É sobre o ato fundamental de deixar-se vivenciar por tantas outras mulheres cujas vivências somam-se ou dessoam das nossas... Às vezes inaudíveis a sensibilidades ordinariamente moduladas pelo racismo, pela colonialidade, pelo patriarcado, pelo vocabulário das ruínas de um mundo apegado à estrutura inflexível das desigualdades e das injustiças. Enunciar vivências desde outros mundos faz-se uma ofensiva ao que denomino *captura colonial do Bem Viver*: uma rapina e um silenciamento do mundo comunitário, dos pluralismos históricos, jurídicos e bioéticos.

Este cenário de guerra permanente, do anúncio cotidiano de mortes coletivas em qualquer paisagem multiespécie (Tsing, 2019), interpela reflexões éticas que se declaram insatisfeitas (Segato, 2006), abrindo caminho para o ato germinal de detectar quem são os nossos antagonistas – marcar o seu rosto, sua responsabilidade, sua origem e mecanismo de funcionamento – para podermos enunciar sujeitos, corporações e suas violências: nomear a norma (Mombaça, 2016). O mundo em ruínas convoca não apenas outro sistema econômico, social, ambiental, multiespecífico, mas novas escrevivências (Evaristo, 2016) sobre a humanidade que pensamos ser (Krenak, 2019).

Como escrevinhar nomeando outras, que nos precedem, tecendo fios de narrativas livres das formas, normas e alienações reprodutoras da criminalização da diferença? Como nomear fora do humanismo, do multiculturalismo, da colonialidade – desde nossas próprias histórias, semânticas, agências?

Ao enunciar experiências vividas, sentidas, sofridas – muitas delas, violências –, tecemos não apenas escrevivências reconhecíveis às paisagens que nos habitam, mas ainda o fazemos disputando a trama da história e nomeando (in)dignações. Este texto dialoga com temas e conceitos estruturais da obra de Rita Segato: a ética da insatisfação, o grito inaudível e o pluralismo bioético, fontes das quais nasceu a noção de *ética da (in)dignação* (Holanda, 2015), ou

seja, a premissa de que a dignidade – não necessariamente humana – é ato presente e contínuo de (d)enunciação e (in)dignação na tessitura de mundos plurais nos quais não apenas caibam, mas que transbordem em fluxos livres, que transgridam.

Capturas coloniais do Bem Viver

A cena é daquele rito repetidamente historiado – parte da pandemia continuada da colonialidade e de seus genocídios anunciados – de uma voz cujo eco prolongado angustia diante da aparente ausência de dissonâncias. Falo da *enunciação da indiferença* por meio da defesa cínica do *direito de si* do Eu hegemônico – reconhecível em tantos eventos históricos. A escrita desse texto se iniciou no Brasil de 2016, quando o impedimento ilegal de uma presidenta eleita ocorreu com a afirmação pública e em tribuna “da família, de deus e da propriedade” e da defesa do direito fundamental ao terror. A partir deles, respaldaram-se normativas que jamais foram escritas e legisladas. Um golpe que nos coagiu a outro uso das palavras.

O espaço da crítica aos universalismos e suas censuras coloniais foi sobreposto por aqueles que se moldam como viventes limitando e cerceando línguas e territórios. Reconhecerem-se, naquele ato, como inimigos “de tudo isso que está aí”: o que incluiu, necessariamente, as epistemes comunais e plurais da vida. A cena caricatural repetiu-se nos últimos anos como grotesca captura das palavras, envolvendo também a disputa pela narrativa da história: de quem se faz o Brasil? Homens majoritariamente brancos, proprietários, patriarcas heterossexuais herdeiros políticos do império escravocrata, evocaram seus financiadores de campanha para bradar “sim!” a um golpe de Estado – um deles o fez citando Martin Luther King. Bell hooks (2020) nos ensinou que tomar a posse da língua como um território nos torna sujeitas na mesma medida em que essa conquista é marcada, na língua hegemônica, pelo ocultamento da perda de muitos idiomas. Falamos da continuidade de um poder de morte colonial que forjou um mundo onde o som de muitas línguas maternas perderam o sentido.

Mais uma cena entre tantas repetições que inventaram, diáspora após diáspora, um centro e tantas paisagens pilhadas feitas periferias, o Estado moderno colonial e seus outros a quem não representa; “camadas de desejos, projeções, visões, períodos inteiros de ciclos de vida dos nossos ancestrais que herdamos e fomos burilando, retocando, até chegarmos à imagem com a qual nos identificamos [...] uma humanidade que pensamos ser” (Krenak, 2019, p. 59) eivada do conforto de mecanismos de repressão e silenciamento das violências constitutivas dessa psiquê nem tão coletiva assim.

A democracia é um contrato social que nunca assinamos, forjada na captura colonial do Bem Viver, pelo roubo e apagamento de epistemes, de idiomas e expressividades de muitos mundos. É a repetição da cena primeva da barbárie ininterrupta sem que haja a sua enunciação pública – sob o genocídio de muitas vozes edificando uma língua e seu território oficial. A diversidade de experiências de vida, de pensamento e sensibilidades de centenas de coletivos humanos e não humanos que coabitam este cosmos tem sido um dos principais alvos das pautas colonialistas – em que medida isso se dá pelo mal uso das palavras? Uma agenda pautada pelo capitalismo, neoliberalismo e universalismo em confronto com a pluralidade, ou seja, uma *colonialidade da vida* (Flor do Nascimento, 2010) que torna disfuncional toda e qualquer dissonância à hegemonia do capital financeiro, da concentração de renda, das normas legais e moralidades sociais, do *ethos* acadêmico que limita tantas outras línguas e sentidos possíveis.

Às margens desse sistema, que a todas engloba ainda que poucas nele caibam, perdemos os lastros das palavras (Gontijo, 2015). *Nossos* preceitos e dilemas éticos extinguem-se como enunciação – seja pelo silenciamento, seja pelo roubo, seja pelo mau uso de seu simbolismo –, fazendo do desencontro das pluralidades o prumo do encarceramento de histórias, perdendo a dinâmica das semânticas propulsoras de outras vivências. Qual o espaço para fluxos e reinvenções no mundo da contenção que induz à sociedade do cansaço, do desempenho, da massificação de desejos? Como pautar o pluralismo diante de uma igualdade desleal que suprime, suspende, apaga estruturalmente toda diferença?

Da inaudibilidade do grito: quem precisa falar para poder sonhar?

Em um texto de expurgo, curto e avassalador, intitulado “Da inaudibilidade do grito à inevitabilidade da luta armada”, Rita Segato (2009) descreveu com sobriedade “convulsiva e desassossegada” o grito inaudível do povo palestino diante de seu genocídio – um espetáculo do arbítrio e da decadência moral-jurídica do Ocidente.

Como tantos por estes dias, tento gritar, mas o grito não se ouve, parece jamais chegar ao destino. Grito inaudível, como aquele da eficaz pintura de Edward Munch, que resulta para sempre involvidável por retratar o grito moderno, o grito insulado na situação de fragmentação existencial que Hannah Arendt magistralmente distinguira da experiência da solidão. O incrível fenômeno da inaudibilidade do grito indica que mergulhamos sem percebê-lo na incomunicabilidade própria de toda atmosfera totalitária, com seu

cercos midiáticos, com sua língua eufemística, com o encapsulamento dos sujeitos (Segato, 2009).

Este “padecimento incontornável e inconsolável” foi definido por Rita como um *déjà-vu*, que remetia a um passado no qual outras vezes, também desoladas, tentaram denunciar seu extermínio. Assim Michel Taussig descreveu o genocídio do povo Putamayo, habitante do sudoeste da Colômbia, durante as ditaduras militares da década de 1960-1970 na América Latina:

Uma ordem tão ordenada que seu caos foi muito mais intenso que qualquer coisa que o precedeu – um espaço da morte na terra dos vivos, onde a incerteza certa da tortura alimentou a grande máquina da arbitrariedade do poder, o poder enfurecido, o grande e fervilhante lamaçal do caos, que existe no reverso da ordem e sem o qual a ordem não poderia existir (Taussig, 1993, p. 25-26).

No Brasil pós-golpe de 2016, a captura colonial de símbolos, de agendas progressistas e de seguridade social ampliou os números do genocídio negro, indígena, das mulheres, de travestis e transexuais, de ativistas ambientais e de direitos humanos no Brasil. Trouxe-nos de volta ao mapa da fome, nosso senso comum, o medo da pluralidade alcançou significância assentando-se como paisagem em diversas camadas da população. Nossos modos de guerrilha plural foram sendo capturados e silenciados por um jogo político binário que nos imolou como inimigas numa cena irremediavelmente autoritária. Nos vimos vítimas de linchamentos epistêmicos contra enunciações que acreditávamos consensuais, como Justiça Social. Teríamos falido na habilidade da comunicação entre coletivos, numa guerra desigual contra corporações antidireitos, até aqui, amplamente inimputáveis?

Quando Gayatri Spivak (2010) questionou se as subalternas poderiam falar – afirmando em seguida que não, posto que suas vozes só teriam alcance quando capturadas por intermediários (no caso, intelectuais hegemônicos e suas ciências),

ela [Spivak] não está se referindo ao ato de falar em si; não significa que nós não conseguimos articular a fala ou que não podemos falar em nosso próprio nome. Ela refere-se à dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo (Kilomba, 2019, p. 47).

Contudo, Grada Kilomba observa que ao afirmar isso, Spivak sustenta a ideia de que as “vozes subalternas” não teriam validade no propósito de questionar e combater discursos coloniais.

Esse posicionamento, argumenta Benita Parry (1998), delibera surdez para a voz nativa, *onde ela pode ser ouvida*, e atribui um poder absoluto ao discurso dominante *branco*. A ideia de uma subalterna que não pode falar, como explica Patricia Hill Collins (2000), encontra a ideologia de que grupos subordinados se identificam de modo incondicional com os poderosos e não têm uma interpretação independente válida de sua própria opressão. Ambas as observações veem nossos discursos como insatisfatórios e inadequados e, nesse sentido, silenciosos. No entanto, grupos subalternos – colonizados – não têm sido nem vítimas passivas nem tampouco cúmplices voluntários(as) da dominação (Kilomba, 2019, p. 48-49, grifos da autora).

Também desafiada por essa pergunta, Rita Segato (2018) convidou-nos a pensar, desde a América Latina, que a própria noção de “diferença” não pode ser vertida na mesma linguagem que a crítica da diferença no mundo asiático – desde onde escreve Spivak –, ainda que tenhamos muitos dilemas comuns.

Um dos mecanismos da colonização, da mirada do branco e do Ocidente sobre o “resto” do mundo, é justamente essa mirada homogeneizadora. Como se estivéssemos todos na periferia e nossa diferença fosse igual. Mas esta não é minha posição. [...] A subalternidade seria a condição de ter que falar dentro da colonialidade para existir. Esta é uma primeira resposta. Mas há outra. Por ser antropóloga, tenho encontrado mundos – comunidades que chamo “de porta meio aberta” – que abrem suas portas ao mundo do Estado e do branco para obter recursos. Plenamente tático. Mas seu verdadeiro discurso, sua verdadeira deliberação, são suas decisões tomadas no curso do debate interno, da deliberação interna e da interlocução comunitária. [...] A categoria subalternidade não funcionaria ali, porque elas falam. Há ainda uma terceira resposta que eu te daria que é a seguinte: a noção de subalternidade funciona em um cenário binário e não em um cenário dual. No Brasil, calcula-se que há 90 povos indígenas isolados (na fronteira com o Peru, sobretudo), que deliberaram coletivamente não entrar em contato com o Estado e com o mundo branco. Se isto não é falar, não é tomar decisões, não é ter um discurso previamente político e respaldado com a própria vida, eu não sei o que é falar (Segato, 2018).

Aqui, Rita Segato modifica o destinatário da fala, que deixa de ser o lócus do poder, o Estado, o algoz que vigia e captura dissensos e nos lança para as cenas do cotidiano comunitário, para a tessitura de linguagens e semióticas que ali se constroem – cosmocêntricas, rizomáticas, desde múltiplos sentidos.

Para quem falar? Refletindo sobre a limitação dos sentidos embutida na exaltação da importância da fala e da escrita na história hegemônica e nos discursos coloniais a poetisa e educadora portuguesa Raquel Lima aponta que

existe uma sobrevalorização da fala não apenas porque existe uma voz narrativa dominante, mas porque a agência subalterna passou muitas vezes a ser lida como uma voz que procura um diálogo com essa narrativa, quando ela poderá também ser lida através dos intervalos, interstícios, falhas, silêncios e cissuras desse mesmo discurso hegemônico (Lima, 2020).

Raquel Lima fala, enfim, de cissuras que nos interessam a linguagens tão outras. Em “Brechas decoloniales para una Universidad Nuestroamericana” (2013), Rita Segato abordou como contextos semânticos desobedientes lançaram luz à *noção de raça* para subsidiar a luta política pelo reconhecimento do racismo estrutural brasileiro justificando as políticas de cotas raciais nas universidades – e, posteriormente, em todo espaço público/estatal. Rita observou que “todo autoritarismo procede sempre censurando o uso de determinados termos, tentando impedi-los” mas estas palavras forcluídas forçadamente do uso social, uma vez expostas, nomeadas, significadas, “irrompem com uma força política impressionante” (Segato, 2013, p. 272-273).

Daí a potência da enunciação rebelde a sintaxes preestabelecidas. Se estamos aqui para (d)enunciar violências e nomear desde outros mundos o desafio é fazê-lo fora da linguagem binária, que requer sempre uma hierarquia entre os termos, cujo polo hegemônico deseja a submissão das periferias epistêmicas. Um sistema que requer o extermínio de gentes também por meio do impedimento de suas categorias de mundo em seus muitos modos de falar, expressar e sonhar. *A colonialidade não seria outra coisa que a diluição de coletivos em semânticas do terror* jogando o sectarismo racista, sexista e patriarcal na responsabilidade de quem os enuncia como denúncia – transferindo o ato da violência justamente para quem é violado. Quem nunca ouviu nas mídias e bocas comuns que “os negros inventaram o racismo”, “os indígenas são invasores de terras”, “as feministas desejam a morte dos homens”... “Feminazis!” Esta é uma das armadilhas totalitárias promovida pela captura das nossas palavras, exigindo um exaustivo dispêndio de energias para mantermo-nos vivas, em tantos sentidos.

Mesmo quando as máquinas de fazer desperceber conflitos e desigualdades estruturantes protejam – sempre arbitrariamente – verdades cuja promessa é a de serem neutras, justas e universalmente aplicáveis, transcendentais, legais, modernas, coloniais sobre o que significa ser um criminoso; o que é segurança; quanto vale para este

mundo a indústria do punitivismo; que marcadores sociais desenhavam os gráficos do extermínio sistemático; continuado e neocolonial; porque há vidas matáveis; que corpos adornam os projetos de futuro; quem são os sujeitos da história; o que é catástrofe, golpe, crise, extinção...? [...] Não é portanto, a dimensão ficcional do poder que me interessa confrontar. São, mais bem, as ficções de poder específicas e os sistemas de valores que operam no feitio desse mundo, e seus modos de atualização dominante (Mombaça, 2018, p. 4-5).

Mais encarceradas ficamos quando passamos a responder a pautas morais, sempre reduzidas ao binarismo: “direitos humanos para humanos direitos?”, “você é contra ou a favor da vida?” – enquanto não apenas direitos sociais mas também humanos e não humanos são silenciosamente ceifados. Caímos na estratégia do discurso binário apenas reagindo com repulsa e fervor às arbitrariedades ditas e ocupando exatamente o espaço do sistema destinado às falas dissidentes. Esta é mais *uma captura colonial do Bem Viver, tão repetidamente longa* que é pandemia continuada, da qual precisamos, comunalmente, nos libertar.

Como professora em diálogo com Paulo Freire, bell hooks (2020) observou como o uso de vernáculos negros – reinvenções da língua da dominação, “uma contralíngua” – perturbava os estudantes brancos

sobretudo porque estes podem ouvir as palavras mas não compreendem o seu significado. Pedagogicamente, estimulo-os a conceber como um espaço para aprender o momento em que não compreendem o que alguém diz. Esse espaço proporciona não somente a oportunidade de ouvir sem “dominar”, sem ter a propriedade da fala e nem tomar posse dela pela interpretação, mas também a experiência de ouvir palavras não inglesas (hooks, 2020, p. 229-230).

(D)enunciação: sobre nomear a norma, linguagens em transição e as economias políticas da saúde e da felicidade

A escrita deste texto também se teceu quando, em maio de 2018, fui convidada a compor uma mesa organizada por estudantes de pós-graduação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília que propunha debater “O desmonte da Universidade pública e o papel das Ciências Sociais na resistência”. Naquela ocasião, me vali de dois ensinamentos seminais de Rita Segato na minha formação como estudante e como catalizadora de suas ideias:

- i. a importância de saber detectar quem são nossos antagonistas; e

ii. a importância de dar nomes para as violências que deles decorrem como ato de pulsão ética de quem anseia por reparação, justiça e outros mundos.

Utilizei, assim, uma entrevista que Rita concedeu ao jornal argentino *Página 12* intitulada “Lo más humano de lo humano es la desobediencia” onde ela criticava o uso massivo, sobretudo pela mídia, da categoria “crimes de ódio” para justificar a violência contra as mulheres, contra corpos desobedientes de gênero e dissidentes sexuais. Conceito que, no Brasil, se compara à expressão “crime passional”. Escutemos:

Eu tenho muito medo das categorias que despolitizam. E também me parecem extremamente simplificadoras as monocausalidades: “matou porque odiava”. Ponto, não há necessidade de outras reflexões. Essa ideia de “crime de ódio” é uma análise de-veras norte-americana, psicologizante, que fala de movimentos íntimos, da sentimentalidade: odiar. Contudo, devemos politizar: mostrar a dimensão política e pública destes crimes que são a defesa de um mundo estruturado pelo poder em sua forma primeira – a mais essencial – que é o poder patriarcal. É evidente que podemos ser movidos pelo ódio. O que menos importa é o ódio: não vamos sentimentalizar estes crimes. Fazer isso é colocá-los em um sentimento que é individual e privado quando o que devemos é desfazer esse equívoco (Segato, 2015, tradução minha).

Rita fala justamente da captura de enunciações pela narrativa hegemônica tramada pelo poder patriarcal. Neste caso, o risco é a descaracterização do próprio ato como violento de tal modo que o uso impensado da palavra “ódio” termina por absolver o agressor do crime, diluindo-o no comportamento reconhecível em qualquer um. Ao enunciar equivocadamente eventos que nos violentam cotidianamente, deixamos vínculos desfeitos, perdendo a dimensão estrutural das violências: sexismo, machismo, racismo, capacitismo, transfobia, xenofobia, psicofobia... O que tantos nomes querem dizer? O que sua enunciação – no nosso processo de subjetivação e na (de)enunciação da cena pública – proporcionam?

Dizem muitas: este “equívoco” não é individual, é um projeto – ele coloca em suspeição a responsabilidade da ordem patriarcal que recai automaticamente sobre os corpos e as vidas que desafiam diretamente a sua normatividade. Compreender a política que atua por trás das pautas morais nos fortalece para a recusa aos nomes coloniais. Enunciar estas violências potencializa conexões antes não ditas e permite tecer significados vividos pelas sujeitas sem acesso a direitos e outros discursos possíveis.

Quando Lélia Gonzáles cunhou o *pretuguês* – “a marca de africanização do português falado no Brasil” –, ela enunciou o modo como os brancos silenciam, ridicularizando, a língua falada majoritariamente no país:

Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal quem é o ignorante? [...] Não sacam que tão falando pretuguês (Gonzalez, 1988, p. 70).

Quando Vilma Piedade fala de *dororidade* referindo-se às camadas de experiências das mulheres negras que o feminismo branco, e muitas vezes liberal, não consegue reconhecer como premissa de uma sororidade universal, ela recusa uma irmandade pautada no racismo que desvaloriza as relações de aliança das mulheres negras com os homens negros, cuja ética da branquitude não vê significado no profundo vínculo ancestral que precede seu feminismo. Dororidade enuncia “as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta” (Piedade, 2017, p. 16). Quando Conceição Evaristo fala de *escrevivência*, ela narra as lágrimas insubmissas que emanam de *histórias reais porque são contadas*, mas também reais porque há um comprometimento entre o escrito e o vivido “no premeditado ato de traçar uma escrevivência” (Evaristo, 2016, p. 8).

Todas elas enunciam a partir do comunitário. Talvez seja nessa interlocução com a relação, com a interação, com o comunal que outros sentidos e outras significações não mais silenciadas podem brotar. Até mesmo entre humanos e não humanos; a escrevivência poderia se articular aqui com a própria noção de paisagens multiespécies que tentamos habitar. Eis o que Jota Mombaça chama de *nomear a norma*. A possibilidade de lutar nessa guerra permanente “contra as imaginações visionárias e divergentes – isto é: contra a habilidade de pressentir, no cativo, que aparência têm os mundos em que os cativos já não nos comprimem” (Se for citação direta, citar a fonte). Um trabalho continuado de reimaginação do mundo que siga “deformando as formas do poder através do tempo”.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos

“sujeitos normais” – é hiper Marcado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpretação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que os sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora (Mombaça, 2018, p. 11).

Com enunciação fazemos política, demarcamos fenômenos e violências, tecemos alianças na busca “de um vocabulário estratégico e descolonial” (Segato, 2014), que alcance corporalidades e conexões além das fronteiras que (d)enunciam.

Mas há ainda uma dimensão da norma que remete à própria impossibilidade de sua enunciação, justamente porque ocupa e é ela mesma obra do neutro e do universal, cujos eventos históricos “suspendem a gramática humana” precisamente por ignorarem o contrato social que defendem. O grito inaudível (d)enunciado por Rita Segato foge a qualquer representação porque ocupa o lugar do poder de morte monopolizado pelo Estado no ato do contrato social, fazendo das repulsas públicas aos genocídios anunciados e efetivados apenas um clamor sem voz – ainda que haja expressão, o grito inaudível parece nascer sem eficácia de duração, por não ser registrado pela história.

Mas o grito, por uma razão que devemos examinar, tornou-se inaudível. Todas as soberanias foram suspensas e os direitos e recursos de todos os povos foram alienados quando o poder de morte se consagrou lei única, aos olhos do mundo. Uma mecânica primordial aflorou e desbancou a gramática inteligível das leis humanas quando não houve limite para o poder exterminador. [...] Como encontrar a palavra eficiente quando a sintaxe que organiza toda narrativa tenta captar o monstro agramatical, o mecanismo exclusivo da força bruta, e toca o substrato pétreo do inumano, do inenarrável e do indescritível? (Segato, 2009).

Essa agramaticalidade das experiências inenarráveis nos remete à reflexão que Achille Mbembe (2018) faz da escravização como uma das primeiras formas de experimentação biopolítica revivida também, de forma peculiar, nas colônias sob o regime do *apartheid* e nos campos de concentração nazistas – sendo a *raça* crucial para este encadeamento.

[a *plantation*] não é uma comunidade porque, por definição, a comunidade implica o exercício do poder de fala e de

pensamento. Como diz Paul Giroy, “os padrões extremos de comunicação definidos pela instituição da escravidão da *plantation* ordenam que reconheçamos as ramificações antidiscursivas e extralinguísticas do poder em ação na formação dos atos de comunicação. Afinal de contas, não pode haver nenhuma reciprocidade na *plantation* fora das possibilidades de rebelião e suicídio, evasão e queixa silenciosa, e certamente não há qualquer unidade gramatical da fala suscetível de ligar-se à razão comunicativa. Em muitos aspectos, os habitantes da *plantation* vivem de modo assíncrono” (Mbembe, 2018, p. 27-28).

Vidas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, no qual não é mais possível nomear, sonhar e imaginar. No Brasil de 2022, assistimos atônitas um presidente ameaçar, anunciar e efetivar – por ação ou omissão – genocídios todos os dias. Estamos *morrendo de quem no Brasil?* (Holanda, Allebrandt e Dias, 2021). Diante de uma pandemia que paralisou o sistema mundo, a ordem aqui é “não parar”, plantando dissensos e pautas morais enquanto *circuit breakers* na bolsa de valores alavancam, com mais intensidade e frequência, a concentração de lucros pra uns e de juros e ônus pra tantas outras. A gramática inteligível das leis humanas, embora exista e possa imputar tal situação, não é enunciada como ferramenta democrática possível: “o poder de morte se consagrou lei única”.

A estrutura de significação torna-se inalcançável, como palavras ausentes de idiomas e tradução; o Mal não pode ser representado, porque a narrativa somente pode veicular, comunicar, aquilo que obedece à estrutura que doa sentido, à lógica humana, à racionalidade e à gramaticalidade própria de toda linguagem. Fora disto, batemos numa porta falsa, emitimos sons fadados ao silêncio. O que dissermos não conseguirá captar o horror dos sucessos, porque os sucessos são tão ininteligíveis como o próprio abismo da morte (Segato, 2009).

E é então que nos remetemos à origem da banalidade do mal (Arendt, 1999) e do poder de morte (Agamben, 2002) que fundamentam o Estado moderno colonial, as noções de direitos e o limite dessas lutas políticas capturadas pelo Estado, pelas leis, pelo capitalismo: a guerra ao comunitário, a apropriação da terra, o saque em escala global e a degradação das mulheres como técnicas de controle social da acumulação primitiva de produção do extermínio (Federici, 2017).

Refletir sobre a (d)enunciação por meio da ética da (in)dignação não é apenas sobre dar nomes às violências e a conceitos e princípios que alavancam a luta por direitos e pelo pluralismo. Muito mais importante que o nome são as relações os

constituem. Seriam, assim, as conexões ancestrais, comunais e interespecíficas – entre humanos e não humanos – parte do substrato de semânticas que não se submeteram à fala hegemônica? Mundos cujas expressividades se formulam sobremaneira pela comunicação não verbal e pelas relações de corporalidade transespecíficas que nos ensinam sobre outra economia política da saúde e da felicidade. Quais suas potências como enunciadoras, substituindo o silêncio inenarrável de uma pandemia continuada?

Éticas da insatisfação, (in)dignação e reimaginação do mundo

“Los poderosos siempre muestran menos curiosidad que los que no tienen poder porque piensan que poseen todas las respuestas. [...] Pero no poseen las respuestas a las preguntas que se plantean los que no tienen poder” (Corinne Kumar, 2005)¹.

Para muitas, enunciar é ato nascituro de autonomia na disputa pela existência política, sendo a boca um órgão que simboliza fala e enunciação.

No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (Kilomba, 2019, p. 33-34).

A boca enuncia, mas também por ela se tortura de fome. Violam-se dignidades aprisionadas – histórica, literal e simbolicamente – em máscaras de flandres reais e imateriais.

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? [...] Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (Kilomba, 2019, p. 41).

Segredos de forclusão estratégica do inconsciente social não apenas devido “à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam”, mas, sobretudo, porque

1. “Os poderosos sempre mostram menos curiosidade que aqueles sem poder porque acham que têm todas as respostas. [...] Mas não possuem as respostas às perguntas feitas por aqueles que não têm poder.”

a transposição da boca que enuncia para o ouvido que se dispõe ou é interpelado a ouvir não é um fio linear, um acordo tácito da vida social. Há as falas sem escuta, os gritos inaudíveis, o espaço do terror. “Ouvir” significa menos o uso do aparelho auditivo e mais o ato de tornar-se consciente da própria branquitude – como espectro simbólico da episteme hegemônica – como perpetradora de violências e da própria colonialidade.

Toda mudança de descolonização política (não racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica. [...] As desobediências civis pregadas por Mahatma Gandhi e Martin Luther King Jr. foram de fato grandes mudanças, porém, a desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntricas (Mignolo 2008, p. 287).

Nessa desobediência epistêmica estão as falas internas, de forja comunitária, o reconhecimento das ancestralidades que precedem normatividades. Narrativas decoloniais contam que *Abya Yala*² carrega cicatrizes de uma história comum de genocídio, escravidão, colonialismo, ditaduras militares e colonialidades do poder, do saber e da vida... Uma *história comum* que ecoou em diversas lutas contra-hegemônicas – da Revolução Haitiana aos movimentos nacionalistas e anti-imperialistas do México, da Guatemala, da Bolívia e de Cuba. No Brasil (do Império à República), insurreições populares vieram de várias paisagens e territorialidades: Confederação dos Tamoios, Levante dos Tupinambás, Guerrilha dos Muras, Guerra dos Palmares, Conjuração Baiana, Resistência Guaicuru, Cabanagem, Guerra de Canudos, greves gerais operárias, Reforma Sanitária Brasileira, Passeata dos 100 mil, Diretas-Já, Movimento Constituinte, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento Negro, Movimento Indígena, Marcha das Margaridas, Movimento Passe Livre, “Não era pelos 20 centavos”... Nas margens e (sul)bsolos tramam-se caminhos possíveis.

Descolonizar-se é estar aberta às outras sensibilidades como referências éticas, solo presente em qualquer sociedade, comunidade, ancestralidade. Rita Segato (2006) em “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais” descreve que toda configuração social se constitui entre aqueles(as) que revelam uma “ética da conformidade”, apresentando

2. Na língua do povo Kuna, habitante do norte da Colômbia, *Abya Yala* significa “Terra madura”, “Terra viva” ou “Terra em florescimento”. O termo vem sendo usado como autodesignação dos povos originários do continente como contraponto à expressão colonial “América” (Porto-Gonçalves, 2006).

satisfação com o *status quo*, e aqueles(as) que emanam uma “ética da desconformidade”, uma *ética da insatisfação*.

Nem a insatisfação, nem a dissidência ética são patrimônio de nenhum povo em particular, mas antes atitudes minoritárias na maioria das sociedades. São elas os vetores que assinalam o que está faltando e o que não pode continuar sendo como é (Segato, 2006, p. 225).

A ética da insatisfação fala da insurgência como postura filosófica e como valor, de um desejo ético que mobiliza a história em luta pela expansão de direitos – desde linguagens plurais. (In)dignar-se seria essa recusa à episteme colonial, fundamento mesmo da dignidade humana: é reativa à colonialidade e, por isso mesmo, constitutiva da dignidade. A (in)dignação nos interpela a buscar falas e escutas para além da escrita formatada pelo mundo binário do ocidente. Ela reconhece silêncios, segredos, expressividades dissidentes, em dissonância com a colonialidade, a corponormatividade e o antropocentrismo, fomentando novas gramáticas de enunciação (Holanda, 2015).

A ética, em todas estas acepções, é o que nos permite estranhar-mos o nosso próprio mundo, qualquer que seja, e revisar a moral que nos orienta e a lei que nos limita. É por isso que podemos dizer que se constitui no princípio motor da história dos direitos humanos (Segato 2006, p. 229).

Os povos indígenas e as comunidades organizadas por vínculos comunais, em sua recusa de falar com o mundo hegemônico-branco-colonial como estratégia político-econômica de sobrevivência e (in)dignação, decidiram por séculos de clandestinidade estatal: *falam* sobre como não ser subalternos. Suas cosmologias fluem em temporalidades cíclicas, espiraladas, compartilhadas por dualidades relacionais e comunicações não verbais – conexões em linguagens sensoriais em muitos fluxos.

Entre a dualidade é possível circular... ela é uma das variantes da pluralidade. O binarismo não, ele é a estrutura do único. A modernidade é o mundo do Um. A esfera política, a esfera pública é uma esfera que totaliza, sequestra e monopoliza a política. O mundo público é criado à imagem e semelhança do homem, branco, letrado, proprietário e heterossexual – no sentido de que tem que figurar como pai de família – à sua imagem e semelhança, como parte da história da masculinidade que sequestrou a política (Segato, 2018, tradução minha).

Pouco mais de 20 anos se passaram do Levante Zapatista, em Chiapas, que deu início à retomada e reconstrução de territórios autônomos e autóctones. Em suas cartas, os zapatistas nos ensinam que “*la rebeldía no es cosa de lengua, es cosa de dignidad y de ser humanos*”³ (EZLN, 1996, p. 128) porque a insatisfação e a dignidade rebelde falam em muitas línguas, nascem em qualquer território, brotam das corporalidades, da flor da palavra e não do apreço de ouvir sempre a própria voz.

Não há negociação ou reforma possível, portanto. A luta da descolonização é sempre uma luta pela abolição do ponto de vista do colonizador e, conseqüentemente, é uma luta pelo fim do mundo – o fim de um mundo. Fim do mundo como o conhecemos. Como nos foi dado a conhecer. [...] O apocalipse desse mundo parece ser, a esta altura, a única demanda política razoável (Mombaça, 2016, p. 15).

A descolonização é um projeto de desordem total, de reconhecimento de um estado global de precariedade gerado pela captura cosmológica e epistêmica ainda tão limitada ao especismo e à crença de que toda linguagem trata apenas da construção e defesa de um mundo em pandemia continuada. Quando os muitos mundos em ruínas enunciam todos os dias que não há controle sobre as paisagens multiespecíficas, que coabitamos como parasitas vivos e não vivos, cá estamos em uma órbita econômica e geopolítica amedrontada diante de um vírus. Uma ordem sendo obrigada a retroceder e a reconhecer publicamente que não há previsões na linguagem da certeza e da contenção sobre nosso destino comum.

O “Prólogo” produzido por Virginie Despentes para *Um apartamento em Urano*, de Paul B. Preciado (2019), fala da história das transições de Paul, uma história de errância e busca de um intervalo como lugar de vida.

Constróis mundos desde as margens, e se faz surpreendente sua capacidade para seguir imaginando outra coisa. Como se tua mirada fosse sistematicamente capaz de desestabilizar toda evidência. [...] Passar de uma língua para a outra, de um livro para o outro, de uma cidade a outra, de um gênero a outro: as transições são o seu lugar – sua língua intermediária, sua língua da encruzilhada, sua língua em transição (Despentes, 2019, p. 13, tradução minha).

A enunciação que Virginie faz da existência de Paul Preciado tece transitividades como um devir que pode ser compartilhado. Uma fuga das projeções e de

3. A rebeldia não é uma questão de linguagem, é uma questão de dignidade e de ser humano.

caminhos que cerceiam a nossa imaginação de outros mundos. A linguagem em transição não pode ser circunscrita pois ela transborda... A imaginação de mundos desde corporalidades diversas sensorialmente, emocionalmente, cognitivamente – humanas e não humanas – trama alianças multiespécies, transculturais, corporalmente e sensorialmente livres. Abertas às incertezas.

Existe muita coisa que se aproxima mais daquilo do que se podia constatar se juntássemos as duas imagens: a que você pensa e a que você tem. Se já houve outras configurações da Terra, inclusive sem a gente aqui, por que é que nos apegamos tanto a esse retrato com a gente aqui? [...] Não tem fim do mundo mais iminente do que quando você tem um mundo do lado de lá do muro e um do lado de cá, ambos tentando adivinhar o que o outro está fazendo. Isso é um abismo, isso é uma queda. Então a pergunta a fazer seria: “Por que tanto medo assim de uma queda se a gente não fez nada senão cair?” (Krenak, 2019, p. 58 e 62).

Voos, vozes, gestos, semânticas dissidentes enunciadas desde as periferias não binárias da colonialidade e que imputam o sujeito do *nómos moderno* a romper com os mecanismos de defesa do seu ego e de seu *status* diante de um controle que desmorona em escala mundial. Na tessitura de escrevivências e linguagens em transição, novas paisagens nos habitarão, sobre histórias que “nunca ouvimos e nunca imaginamos para nenhuma personagem encarnar” e, por isso mesmo, mantendo viva a capacidade de enunciar sempre o novo de “quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar” expandindo subjetividades e suspendendo o céu desde outros mundos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1963].

DESPENTES, Virginie. Prólogo. In: PRECIADO, Paul B. *Un apartamento en Urano: crónicas del cruce*. Ciudad de México: Editora Anagrama; Narrativas Hispánicas, 2019.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EZLN. Crônicas intergalácticas – EZLN. Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. Chiapas: Estampas Artes Gráficas, 1996.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. *Por uma vida descolonizada: diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade*. Tese (Doutorado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

GONTIJO, Daniela. *Violência pega?* Tese (Doutorado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HOLANDA, Marianna A. F. *Por uma ética da (in)dignação: repensando o humano, a dignidade e o pluralismo nos movimentos de lutas por direitos*. Tese (Doutorado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

HOLANDA, Marianna A. F. *Soluções plurais para os dilemas morais: outras histórias para a captura colonial do Bem Viver*. Apresentação oral. IX Congresso Brasileiro de Bioética. Universidade de Brasília, 07 a 10 set. 2011.

HOLANDA, Marianna; ALLEBRANDT, Débora; DIAS, Luciana O. Morrendo de Brasil: genocídio, pandemia e o horror de 500 mil vidas perdidas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/genocidio-pandemia-e-o-horror-de-500-mil-vidas-interrompidas/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUMAR, Corinne. *A south wind: toward a new political imaginary. Dialogue and difference*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

HOOKS, bell. A língua – Ensinando novos mundos/novas palavras *In: hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

LIMA, Raquel. O esvaziamento da noção de subalternidade, a sobrevalorização da fala e os silêncios como resistência. *Buala*, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/o-esvaziamento-da-nocao-de-subalternidade-a-sobrevalorizacao-da-fala-e-os-silencios-como-resis>. Acesso em: 01 maio 2020.

MBEMBE, Achile. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, p. 287-324, 2008.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma distribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! *Cadernos de Imaginação Política*, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi. Acesso em: 30 abr. 2020.

PEREIRA, Ondina. A regra secreta (resenha: Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre a antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos). *Revista de Estudos Feministas*, v. 15, n. 1, p. 253-254, jan./abr. 2007.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. In: SADER, Emir et al. (Orgs.). *Latinoamericana – Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRECIADO, Paul B. *Un apartamento en Urano: crónicas del cruce*. Ciudad de México: Editora Anagrama; Narrativas Hispánicas, 2019.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SEGATO, Rita Laura. *La lengua subalterna II / Ciclo organizado por Lectura Mundi en la Universidad Nacional de San Martín previo a la visita de Gayatri Spivak al campus*. Vídeo, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SdYN0yx5Q2Y>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Lo más humano de lo humano es la desobediencia. *Página 12*, “Soy – Sección Política”, Out. 2015. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-4245-2015-10-30.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SEGATO, Rita Laura. Brechas decoloniales para una Universidad Nuestroamericana. In: SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

SEGATO, Rita Laura. Da inaudibilidade do grito à inevitabilidade da luta armada. *UnB Agência*, 13 jan. 2009. Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=97>. Acesso em: 04 out. 2011.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre a antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, AR: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAUSSIG, Michel. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TSING, Ana L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dívida* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

